

Do doce da cana-de-açúcar à amargura da exploração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto (Usina Bom Jesus – Pernambuco – 1990)

*Anderson Rafael Lima da Silva*¹

*Humberto da Silva Miranda*²

Resumo: O objetivo deste artigo é historicizar as desigualdades das vivências infantis no espaço da Usina de açúcar Bom Jesus, na década de 1990, localizada na Região Metropolitana do Recife. Problematicamos a desigualdade das infâncias que viviam fora da escola e estavam expostas à exploração do trabalho no corte da cana em um contexto de superexploração do trabalho, pobreza e precariedade educacional. Utilizando fontes como a pesquisa *"Os Trabalhadores Invisíveis"*, realizada pelo Centro Josué de Castro, e a reportagem do Jornal do *Commercio* (1991).

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Exploração Rural; Infâncias.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Coordenação do GT Estadual de História da Infância e Juventude – ANPUH-PE; Este texto foi produzido com financiamento da CNPQ; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0381465657520363>. Email: anderson.lsilva@ufrpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2923-1593>

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Coordenação do GT Nacional de História da Infância e Juventude – ANPUH-BR; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1254987493556824>. Email: humberto.miranda@ufrpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6045-3453>

Do doce da cana-de-açúcar à amargura da exploração de crianças e
adolescentes no mundo do trabalho adulto
(Usina Bom Jesus – Pernambuco – 1990)
SILVA, A. R. L;
MIRANDA, H. S.

De la dulzura de la caña de azúcar a la amargura de la explotación de niños y adolescentes en el mundo del trabajo adulto (Usina Bom Jesus – Pernambuco – 1990)

Resumen: El objetivo de este artículo es historizar las desigualdades de las experiencias de los niños en el ingenio Bom Jesus en la década de 1990, ubicado en la Región Metropolitana de Recife. Problematicamos la desigualdad de los niños que vivían fuera de la escuela y estaban expuestos a la explotación del trabajo de corte de caña en un contexto de sobreexplotación de la mano de obra, pobreza y precariedad educativa. Utilizando fuentes como la investigación "*Os Trabalhadores Invisíveis*" (Los Trabajadores Invisibles), realizada por el Centro Josué de Castro, y un reportaje del *Jornal do Commercio* (1991).

Palabras clave: Trabajo infantil; Explotación rural; Niños.

Introdução

Se eu fosse estudar, não dava para trabalhar. Acho melhor trabalhar do que pegar no que é dos outros.ⁱ

O relato que prefacia este artigo foi produzido por um adolescente, que teve sua infância marcada pela exploração do trabalho adulto. Rosélio Vicente Ferreira, de 12 anos, estava nas margens da BR-101, no município do Cabo de Santo Agostinho, no ano de 1991, trabalhando no corte de cana com seus irmãos e amigos, em um horário em que crianças e adolescentes deveriam encontrar-se na escola. Eles trabalhavam arduamente durante a manhã, em um serviço perigoso, sem equipamentos de segurança, sujeitos a sofrerem vários tipos de acidente. Foram abordados e entrevistados pelo jornalista Cícero Belmar do *Jornal do Commercio*, tendo partes de seus depoimentos estampando uma matéria especial no *Caderno Cidades* da edição de domingo, 15 de setembro de 1991.

O cotidiano daquelas crianças e adolescentes estava marcado por uma série de violações de direitos, dentro da *Usina de Açúcar Bom Jesus*, mostrando que mesmo dentro daquele ambiente de exploração, pobreza e vulnerabilidade, existia desigualdade no interior da desigualdade na vida de Crianças e Adolescentes. Mesmo com a proximidade da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ocorrida em julho de 1990, num contexto histórico e social de dificuldade de sua efetivação que marca a década de 1990, a proibição do trabalho para menores de 14 anos, com exceção para os aprendizes de 12 anos e a obrigatoriedade do ensino, já estavam estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

Este texto objetiva historicizar as desigualdades das vivências infantis no espaço da Usina Bom Jesus na década de 1990, localizada no Cabo de Santo Agostinho, município pertencente a Região Metropolitana do Recife. A partir deste objetivo, problematizamos os sujeitos em duas categorias, *“Infâncias dentro da*

escola”, que moravam perto do centro industrial da Usina e, apesar do contexto de vulnerabilidade que ali existia, eram protegidas da exploração do trabalho rural no corte da cana-de-açúcar. O outro grupo, foco central deste texto, definimos como “*Infâncias fora da escola*” por conta de uma série de violações de direitos em que eram sujeitas desde a infância. Frutos de uma lógica de profunda desigualdade e exploração da mão de obra de famílias com péssimos salários e péssimas condições de trabalho, aliado a uma oferta escassa e deficitária escolar, que favorecia a inclusão, mas negligenciava o direito de acesso, permanência e conclusão escolar.

A monocultura da cana-de-açúcar tem grande importância na história econômica e social brasileira, sua influência foi determinante para o desenvolvimento dos Estados do Nordeste, Pernambuco sendo um dos destaques. O Século XX é marcado pela modernização desta produção, com o declínio dos engenhos centrais e a necessidade das elites locais de modernização do setor açucareiro, sob forte apoio governamental, como único caminho para sobrevivência.

Instaladas graças a recursos públicos, as usinas substituíram os antigos engenhos-banguês, concentrando a parte industrial da fabricação do açúcar. Seguindo a abolição da escravidão, essas transformações do parque industrial equivaleram a uma redistribuição das tarefas no seio da classe dominante entre usineiros, de um lado e, do outro, senhores de engenho que passaram, a contragosto, para a categoria de simples fornecedores.ⁱⁱ

Pernambuco, até o início do século XXI, chegou à marca de 2.000 engenhos e 54 Usinas de Açúcar, sua distribuição geográfica se concentrava no litoral, devido às características do solo e proximidade com os portos para o escoamento da população. Posteriormente sua produção expandisse para o interior com a

ampliação da malha ferroviária no Estado, possibilitando um maior aproveitamento do solo e do clima da Zona da Mata Pernambucana.ⁱⁱⁱ

Na busca por compreender as desigualdades no interior das desigualdades no ambiente da *Usina Bom Jesus*, dialogaremos com duas fontes históricas que serão basilares para a construção desta pesquisa. No ano de 1993, o *Centro Josué de Castro*, sediado em Recife, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 1979 por pesquisadores pernambucanos visando contribuir para o fortalecimento da democracia e da cidadania a partir dos pressupostos dos direitos humanos, construiu uma pesquisa intitulada *Os Trabalhadores Invisíveis*. Este trabalho foi criado pelo GT – *Condições de Vida e Trabalho de Crianças e Adolescentes*, financiado pela instituição *Save The Children Fund* e coordenado por uma equipe multidisciplinar composta pelo médico Alvo A. C. Videira de Melo, pela advogada Nanci Lourenço e pela Socióloga Teresa Cristina W. Corrêa de Araújo.

O trabalho em questão tinha como objetivo de conhecer e avaliar as condições de vida, trabalho e escolarização de crianças e adolescentes, entre 07 e 17 anos, que trabalhavam no cultivo e corte da cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco, tendo seus dados coletados entre setembro de 1992 a março de 1993. Esses dados nos permitem observar estruturalmente como famílias e, especialmente, crianças e adolescentes construíam seu cotidiano nas usinas de açúcar.

Também utilizaremos uma reportagem do *Caderno Cidades*, do *Jornal do Commercio de Pernambuco*, publicada em 15 de setembro de 1991. A reportagem tinha como objetivo a apresentação da pesquisa: *Os Trabalhadores Invisíveis*, utilizada neste trabalho, e uma denúncia, a partir de entrevistas feitas com crianças e adolescentes que trabalhavam as margens da br-101, na *Usina Bom Jesus*, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, parte da zona da mata pernambucana.

Os jornais tiveram significativa contribuição para a construção de discursos relativos à infância, principalmente, no ocidente, a partir da segunda metade do século XX. Até a década de 1970, temáticas relativas à educação escolar, crianças, adolescentes e as múltiplas infâncias não eram recorrentes nem despertavam interesse da mídia tradicional. Foi a partir da década de 1990 e os avanços sociais relacionados a esse público como a aprovação da *Convenção sobre os Direitos das Crianças*, adotada pela *Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU*, em 20 de novembro de 1989, se tornando o instrumento de direitos humanos mais aceito da história universal, ratificado por 196 países^{iv}.

Consideramos que a imprensa desempenha um papel de relevância social ao difundir ideias, conceitos e propostas elaboradas conforme os interesses dos grupos que a compõem. As autoras Njaine e Minayo^v dividem o papel da mídia em dois planos: o primeiro seria o de informar, ou seja, narrar notícias do dia a dia da região de sua circulação. O segundo seria o de enunciar, onde se expressa de forma mais explícita o conjunto de valores associados ao lugar no qual o jornal deseja se posicionar diante das questões sociais, políticas e econômicas da sociedade. Sendo assim, podemos analisar suas subjetividades e mais ainda, a produção de representações sociais sobre várias temáticas.

Neste trabalho, analisaremos a reportagem especial do *Jornal do Commercio* sob o prisma da representação social de Roger Chartier^{vi} e o método proposto por Cristina Ponte^{vii}. Consideraremos esses textos jornalísticos como produtos que produzem e difundem representações sociais que auxiliam no processo de emergência ou permanência de contextos sociais, como o da infância vulnerável e desvalida.

Nos mares de cana-de-açúcar: a Usina Bom Jesus

A *Usina Bom Jesus* foi fundada em 1891, no mesmo local onde existia um engenho de mesmo nome, levantado antes da invasão holandesa em Pernambuco no século XVII. A Usina se torna referência na produção açucareira a partir de 1957, sob administração do senhor João Lopes de Siqueira Santos Filho, considerado pela aristocracia açucareira de Pernambuco, um grande empresário, reconhecido e respeitado pelos seus pares^{viii}.

Dentro de seu território, a *Usina Bom Jesus* concentrava sete engenhos de açúcar, chamados: Guerra, Santo Estevão, Ilha, Roças Velhas, Matas, Cajabuçu e Cedro. Ali viviam majoritariamente famílias de trabalhadores do corte da cana, profissão com menor remuneração na indústria agro açucareira. A partir do levantamento socioeconômico das pequenas localidades da Zona da Mata Sul, construído pelo Governo de Pernambuco, demonstra as péssimas condições de vida que essas famílias viviam. Moravam longe da cidade e do centro da usina, tinham dificuldades de locomoção pelas péssimas estradas, não tinham acesso a saneamento básico e saúde, as casas eram pequenas, vivam sob o regime da Morada^{ix} e contavam com média de 07 pessoas por família. Seus filhos, além de trabalharem no corte da cana, auxiliando seus responsáveis, tinham acesso a uma péssima educação, com salas multisseriadas e apenas uma professora por engenho, que contribuía para elevar os índices de evasão escolar e possibilitava um mecanismo de reprodução da mão-de-obra com pouca instrução e de baixa remuneração para o corte da cana.

Os usineiros não eram apenas proprietários da usina e do capital, eram também das terras, matas, do gado, da plantação, das casas, dos templos religiosos, dos instrumentos de trabalho, do armamento bélico, das estradas, caminhões, ambulâncias, postos de saúde, barracões e da distribuição de

combustível^x. Esse poder concentrado nas mãos de uma burguesia local, aumentava seu poder de domínio territorial e político.

Entendemos este espaço da usina para além de uma unidade produtiva. Aquela arquitetura, para além das estruturas físicas, também era construída pelo poder de seu dono e o medo de seus trabalhadores. Compreender este espaço é também observar que ele perpassa por experiências de exploração do trabalho e violências exercidas pelos donos as famílias que ali residiam. As infâncias que ali foram vivias também foram atravessadas por esse poder, que se utilizava de estratégias de controle sobre esses corpos, a partir do trabalho e da educação que ali eram ofertados.

As múltiplas infâncias na Usina Bom Jesus

Neste espaço da *Usina Bom Jesus*, crianças e adolescentes viviam, estudavam e trabalhavam. No entanto, observá-los através da lente de uma infância única e universal não seria suficiente para compreender todas as multiplicidades de experiências ali presentes. Os estudos contemporâneos e pós-coloniais sobre as infâncias nos possibilitam a perceber a infância como potência, entendendo que sua construção não está distinta das construções sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas. A infância se constrói e é construída a partir dessas dinâmicas.

A infância faz parte da história. A produção da infância é uma produção histórica, uma produção histórica intrincada na nossa história racista, sexista, classista e os estudos da infância não fogem dessa produção da história da sociedade e da própria infância.^{xi}

Quando colocamos as infâncias enquanto sujeitos protagonistas da história, automaticamente entendemos esses como ativos na construção de suas

experiências. Sendo a infância uma construção social que age sobre a criança, também sobre interferência e questionamentos por ela.

[...] o princípio da criança-ator incita a se passar da visão determinista que coloca a ênfase nos fatores estruturais que pesam sobre a ação social para a análise da capacidade de ação (agency) da criança, enquanto o princípio da construção social da infância questiona a ideia desta como categoria definida simplesmente pela biologia e passa a entender seu significado como variável do ponto de vista histórico, cultural e social e sempre sujeito a um processo de negociação tanto na esfera pública quanto na privada.^{xii}

Outro ponto fundamental de se perceber é que a infância, enquanto construção social, é produzida no interior de uma série de mecanismos de controle, normas, leis, medidas, pressupostos filosóficos, teológicos, jurídicos e pedagógicos e psicológicos. Ou seja, há na infância uma anterioridade do adulto sobre a criança, que é modelada e ingerida a partir de sua imagem, a imagem que o adulto projeta na infância. A infância surge com o objetivo de modelar a criança, quem a cria é o adulto, que a pensa e assim retira a potência e a possibilidade de transformação que há na própria infância. "à criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, por isto também, prisioneira política"^{xiii}.

Neste sentido a infância é um dispositivo de poder e a própria criança na sua subjetividade resiste e interroga o dispositivo da infância, sendo moldada e moldando a própria infância, pois ao se pensar numa criança-ator é pensar em uma criança que sente, entende, projeta e molda o seu meio. É a partir desses pressupostos que analisaremos as fontes que tem como sujeitos principais de suas construções crianças e adolescentes que viviam no território rural da Mata Sul de Pernambuco na década de 1990.

Pensar as experiências infantis construídas dentro do espaço da *Usina Bom Jesus* nos desafia a perceber as múltiplas infâncias que ali existiram. A partir das análises foram construídas duas categorias que auxiliam o entendimento das desigualdades existentes dentro das desigualdades, evidenciando como, dentro daquele espaço, infâncias foram construídas distintamente, aliadas a estratégias e táticas que forjam o cotidiano da *Usina bom Jesus*. A garantia de acesso e permanência a educação foi o fio condutor para construção das categorias e suas diferenciações, que servem como ponto de partida, para entender os modos de viver infância naquele espaço.

O primeiro grupo, identifico como "*Infâncias Dentro da Escola*", são sujeitos que viveram sua infância no centro da *Usina Bom Jesus*, onde se instala toda a sede administrativa, área industrial, moravam na vila de moradores próxima e estudavam na Escola Satélite Dr. João Lopes. Essas infâncias eram protegidas da exploração do trabalho, seus responsáveis trabalhavam, majoritariamente, na zona industrial da *Usina Bom Jesus*, tornando inviável a utilização de crianças e/ou adolescentes no trabalho. Sua permanência escolar estava interligada a manutenção do emprego dos responsáveis e as condições de vida das famílias eram difíceis. Este grupo foi trabalhado mais a fundo no artigo acadêmico, intitulado *No mundo da cana-de-açúcar com o lápis na mão: Trajetórias escolares na Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE – 1990)*.^{xiv}

Neste texto, abordarei o grupo identificado como "*infâncias fora da escola*", sujeitos que viviam nos engenhos que pertenciam à *Usina Bom Jesus*, ou moravam em outros engenhos da reunião e compartilhavam mão-de-obra nos períodos de safra conforme as necessidades. As fontes que utilizo para entender a construção do cotidiano e das estratégias de violação, a partir da exploração do trabalho, foram a Pesquisa trabalhadores invisíveis – crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco – *Centro Josué de Casto* (1992/1993) e pela análise de uma

matéria especial, publicada no *Jornal do Commercio* em 15 de setembro de 1991, no caderno Cidades.

A amargura da exploração do trabalho

As representações construídas na matéria, nos apresenta uma infância pobre, vulnerável, desvalida e explorada, pela imagem e texto publicados, seguindo sua linha editorial^{xv}. Essa construção se dá a partir de um discurso de denúncia, colocando o *Jornal do Commercio* como um porta-voz de resultados parciais da pesquisa *Trabalhadores Invisíveis* – Centro Josué de Castro, construindo uma urgência em cuidar daquelas crianças e adolescentes, principalmente relacionada ao processo de escolarização, fazendo sempre a referência entre Escola e Trabalho. Essas crianças e adolescentes foram representadas a partir de uma perspectiva de vitimização, com associações superficiais aos problemas sociais que geram essas desigualdades.

Figura 1 – Página Cidades: *Jornal do Commercio*, 15 de setembro de 1991



Fonte: Acervo LAHIN/UFRPE

O título escolhido pela matéria, “Menores são explorados nos canaviais” traz consigo uma das marcas deixadas pelo *Código de Menores*. A ideia do “menor”, criada e pensada para crianças e adolescentes, em sua grande maioria, pretos, pobres e vulneráveis. Para esses menores, os projetos relacionados à educação, assistência, segurança são pensados sempre a partir da lógica da intervenção e controle a partir de discursos salvacionistas. Todo o século XX foi espaço de construção da cultura menorista^{xvi}, permeando todos os aspectos da sociedade e se tornando uma maneira de categorizar as infâncias e adolescências.

Em 1991, o Brasil vivia o primeiro ano pós-promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente, em 13 de julho de 1990, esta nova legislação também inaugurava perspectiva ao olhar a criança e o adolescente como sujeito de direitos. O Estatuto nasce a partir de ampla participação social, que já não aceitava o Código de Menores de 1927, reformulado em 1970, dentro da ditadura civil militar brasileira, como legislação capaz de garantir a proteção de crianças e adolescentes do País.

Este dispositivo legal passou a estabelecer modos de controle, fundamentadas no princípio da vigilância e punição, constituindo-se como um manual produzido por adultos voltados para a regulação do cotidiano de meninos e meninas que viviam em situação de pobreza, abandono ou em conflito com as leis vigentes. Com o tempo, deixava de estar só no papel e passava a legitimar as relações de poder e saber das pessoas e instituições voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, classificadas como “menores”.^{xvii}

A representação, construída pela matéria, das infâncias ali presentes são de “menores carentes”, “menores vulneráveis”, frutos de uma cultura menorista, construída socialmente a partir da sua institucionalização e amplamente divulgada e solidificada na sociedade. “A mídia não cria preconceitos, julgamentos

ou verdades, mas absorve o imaginário social, revestindo-o de uma roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica para agradar aos mais diferentes segmentos sociais e aos mais variados gostos”^{xviii}. A *Pesquisa Trabalhadores Invisíveis*, objetivo de divulgação da matéria, não utiliza o termo “menor” em seu relatório final, utilizando a terminologia Criança e Adolescente, mostrando rupturas nas representações construídas pela pesquisa e pela linha editorial do Jornal do Commercio.

Mas elas dialogam na representação de uma infância vulnerável e ameaçada a partir das imagens escolhidas pela matéria e a escolhida para a capa da Pesquisa (Figura 02), mostram essa infância na sua maior fragilidade, trabalhando, sem equipamentos de segurança, com fisionomias exaustas, castigadas pelo sol, pelas longas jornadas de trabalho e corpos marcados por acidentes de trabalho nos canaviais. Conforme descreve o historiador Peter Burke^{xix}, as imagens são evidências históricas por evocarem a invisibilidade do visual, sensibilidades e representações da vida testemunhada de forma ocular. Nos permitindo notar a existência de múltiplas representações da infância, a partir dos diferentes contextos sociais e de territorialidade e nos reforçam realidades vividas pelas crianças em mundos desiguais.

Figura 02 – Capa da Pesquisa Trabalhadores Invisíveis – Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco



Fonte: Centro Josué de Castro, 1993.

Algo próprio dessa matéria, quando analisada todas as publicações voltadas para crianças, adolescentes, trabalho e educação, do *Jornal do Commercio*, na década de 1990, é que visibilidade dada para essas infâncias e adolescências a partir dos depoimentos publicado, fazendo com que pudéssemos entender um pouco do cotidiano desses sujeitos. *A Pesquisa Trabalhadores*

Inviáveis, também realizou entrevistas e conta em seu relatório com alguns depoimentos que, também, auxiliaram em entender os motivos dessas “infâncias fora da escola”.

A matéria entrevistou uma criança e quatro adolescentes, moradores do Cabo de Santo Agostinho nas proximidades do *Engenho Ilha*, trabalhavam diariamente na *Usina Bom Jesus*, saindo de casa as 4 horas da manhã, todos os dias da semana, cobrando por cada tonelada de cana-de-açúcar cortada Cr\$ 1.250,00 (em torno de 45 centavos em cotação atual).

José Vicente Ferreira, 16 anos; Vando Vicente Ferreira, 14; Rosélio Vicente Ferreira, 12, são três irmãos que trocaram os livros pela foice. Assim como eles são os irmãos José Ivanildo dos Santos, 18, e Josivaldo Manoel dos Santos, 16. Os cinco são um exemplo da falta de assistência do Estado que deveria garantir escola e saúde, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, para evitar que os menores sejam obrigados a trabalhar.^{xx}

Todos encontram-se fora da escola, Vando Vicente largou a escola aos 11 anos “Eu só sei escrever meu nome e fazer umas continhas. Mas quero ver quem é mais ligeiro do que eu no corte da cana”, Rosélio Vicente, seu irmão, largou a escola ainda na primeira série “Se eu fosse estudar, não dava para trabalhar. Acho melhor trabalhar do que pegar no que é dos outro”. O mesmo discurso se percebe também nos depoimentos coletados pela pesquisa *Trabalhadores Inviáveis*, como é o caso da Lúcia, de 15 anos, que relata “estudo não...eu não tenho tempo... tenho que trabalhar mermo”.

Percebemos uma relação direta entre o afastamento da escola e a necessidade do trabalho no corte da cana, inclusive, o trabalho como algo de maior valor simbólico, tendo o alto desempenho como fator de orgulho, também como perspectiva de elemento dignificador dos pobres, “melhor trabalhar que roubar”, discurso que foi ampliado a partir do governo Vargas e sua política de

transformação dessas infâncias pobres em cidadãos úteis e produtivos para o País^{xxi}. Nanci Lourenço, uma das responsáveis pela *Pesquisa Trabalhadores Inviáveis*, descreve bem como essa representação do trabalho como dignificador estava presente no imaginário das crianças, dos adolescentes e dos responsáveis.

Detectamos que as famílias, os empregadores, sindicalistas e até o próprio adolescente veem o trabalho como uma proteção contra a marginalidade. Todos disseram que é melhor a criança trabalhar no corte da cana do que ficar solta nas ruas. Mas isso é uma faca de dois gumes, [...] essa faca de dois gumes está mais afiada de um lado. Apesar de as crianças e adolescentes serem invisíveis quando o assunto é relação de trabalho, o resultado dos seus serviços é concreto. Mas a mão-de-obra é clandestina e barata.^{xxii}

A falta de acesso à educação também era fator predominante nas áreas rurais, produzindo um ciclo de oportunidades perdidas e de gerações impossibilitadas de mudança e de novas realidades possíveis. A escolarização de crianças na área rural era feita de maneira desigual, ausente ou fragmentada. Muitas vezes recebiam apenas uma educação básica (ensino de leitura, escrita e cálculo) sem nenhum espaço possível de caráter formativo, mas de letramento básico exigido^{xxiii}.

Pesquisa realizada pelo *Centro Josué de Castro*, estimou 60 mil crianças, ¼ da força de trabalho rural na zona da mata pernambucana, eram de crianças e adolescentes, destes, 42,2% não recebiam remuneração direta, era vinculada ao pai ou a família. Os dados do levantamento nos trazem a ideia de “naturalização” da iniciação precoce de crianças e adolescentes no trabalho da cana-de-açúcar. 91,2% das crianças que se encontravam em situação de exploração começaram a trabalhar entre 07 e 13 anos. Um dado alarmante é que, ao entrevistar os chefes de domicílios revela que, também estes, iniciaram (84,4%) na mesma faixa etária que seus filhos^{xxiv}.

Podem ser levantadas muitos fatores para a utilização, em larga escala, de crianças e adolescentes no campo. A fuga das fiscalizações referentes a CLT (1943), a docilidade, agilidade, baixo poder de contestação, sentimento de impotência e facilidade da demissão, que logo se tornavam processos trabalhistas. Também soma-se a necessidade de sobrevivência da própria família, que trabalhavam coletivamente para as usinas de açúcar, por conta do enorme monopólio da terra que os grandes proprietários tinham na região, que pagavam baixos salários para os trabalhadores que viam em seus filhos um complemento para a renda familiar, que muitas vezes viviam em um regime de dívida eterna com os proprietários que se utilizavam de vendas/comércio próprio para explorar financeiramente o já mal remunerado trabalhador. José Vicente, 16 anos, descreve como único motivo de descontentamento na matéria do *Jornal do Commercio*, problemas relacionados ao pagamento de seus serviços, fruto da exploração somada com a total falta de regulação de uma prática ilegal, como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, “Às vezes a gente corta mais de uma tonelada e o homem só dá Cr\$ 800,00 pelo serviço. Se não fosse isso, eu estava mais satisfeito”.

As atividades exercidas por essas crianças e adolescentes eram em 63% diretamente no corte da cana, atividade de altíssimo perigo, e 27% em atividades relacionadas ao corte da cana, plantio, limpeza, adubação, aplicação de agrotóxicos, arrumação/amarração da cana etc. essas “infâncias fora da escola” eram submetidas, diariamente, a jornadas de trabalho estafantes. Os dados da pesquisa demonstram que, apenas 11,7% delas, têm jornada de trabalho de até 20 horas semanais, 41,7%, suprem jornada acima de 40 horas semanais.

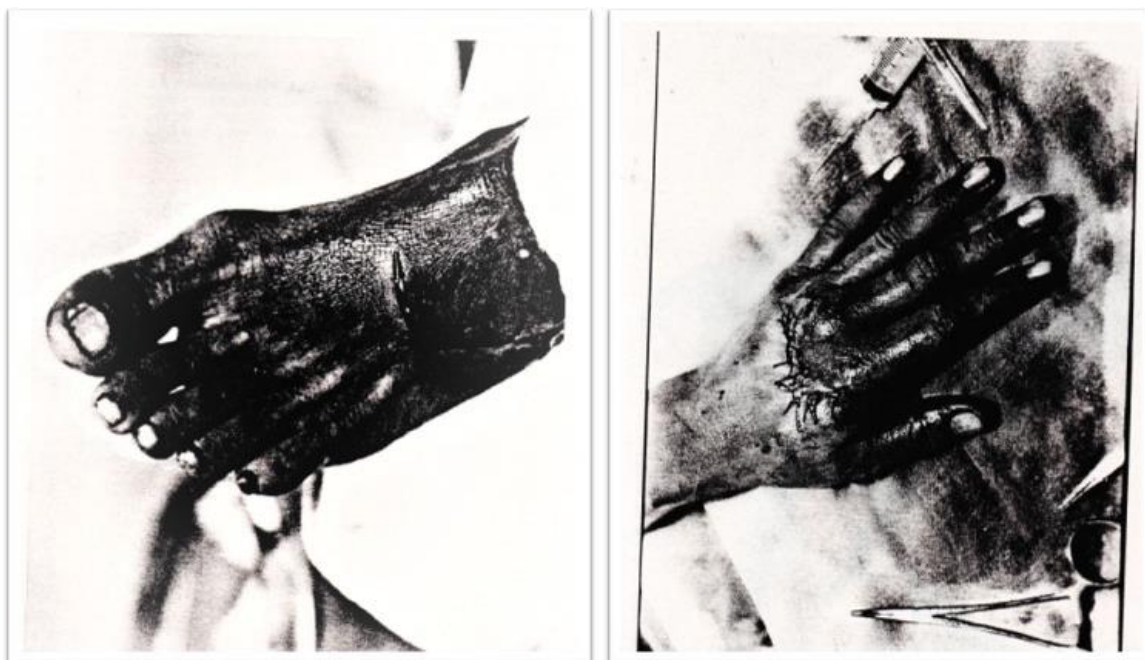
Também se verificava no campo a total falta de fiscalização do Estado sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no campo. Apesar da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, ainda se havia muita

dificuldade em efetivar a proteção ao trabalho. Essa realidade traz resquícios do sistema secular de exploração da cana-de-açúcar por meio do trabalho escravo. Muitas práticas escravistas eram vividas pelas crianças e adolescentes já na década de 1990, como péssimas condições de trabalho, alimentação, moradia, saúde e educação.

Essas crianças e adolescentes eram treinadas pelos próprios pais ou responsáveis, o aprendizado se dava na prática, no fazer. Mais de 68,6% desse público não utilizava nenhum equipamento de proteção individuais, como conta nas figuras 09 e 10 deste trabalho, quando utilizavam, eram equipamentos básicos como: calçado, sapatos ou botas. Diante de um ambiente de trabalho extremamente agressivo, o equipamento de trabalho se resumia a: chapéu de palha, manga comprida, calça comprida e sandálias de borracha. Esses materiais não eram oferecidos pelas empresas, e sim, providos pelos próprios trabalhadores. O ambiente das Usinas era de extrema precariedade, nem sempre eram oferecidos equipamentos de segurança aos funcionários, sendo necessário a criação de mecanismos para proteção, inclusive das crianças. Os equipamentos de corte, foice e machado, eram construídos apenas para adultos e não há registro de adaptação para as crianças e adolescentes. Mesmo com a possibilidade de contratação de adolescentes, enquanto aprendizes, que obrigaria as Usinas a fornecerem equipamentos de segurança, o que se via nos canaviais era um ambiente de extremo improviso no dia a dia de trabalho.

Os instrumentos de trabalho utilizados nas atividades de corte da cana, como foice e facão, não são feitos especificadamente para o tamanho e a força de crianças e adolescentes. O artifício utilizado era utilizar os instrumentos que foram usados pelos adultos na safra anterior, pois eles estariam mais gastos e assim mais leves para o manuseio. No grupo das “infâncias sem escola” 56,7% já sofreram algum tipo de acidente de trabalho.

Figura 03– Acidentes de trabalho com crianças e adolescentes trabalhadoras do corte de cana-de-açúcar



Fonte: Pesquisa Trabalhadores Invisíveis, Centro Josué de Castro, 1993.

O adolescente José Ivanildo, 16 anos, descreve, na matéria, o motivo de um dedo aleijado e marcas de cortes na perna, “É de foiçada”. As características da atividade do corte manual da cana-de-açúcar, condicionam o tipo de acidente. O trabalhador segura a cana com uma das mãos e, com a outra, manuseando a foice ou o facão, a corta o mais rente possível no chão. Com um segundo golpe, rapidamente corta o palmito – ponta da cana. (atividade do corte) A foice é o principal instrumento causador destes acidentes, sendo responsável por 82% dos casos.

Considerações

Identificamos a narrativa “trabalho sem educação” como estratégia exercida pela *Usina Bom Jesus* nessas infâncias, onde crianças e adolescentes experienciavam escolas precárias e multisseriadas, além da necessidade de

iniciação precoce ao trabalho rural para complemento da renda familiar na busca pela sobrevivência, nessa estratégia também havia o objetivo de produção de futuros trabalhadores, mas aqui, a partir de uma lógica da ignorância e da exploração.

As trajetórias escolares desses meninos e meninas ocuparam o protagonismo desta História, que buscou problematizar os diferentes discursos e práticas sociais marcada por desigualdades sociais e precarização do cotidiano infantil. De acordo com Humberto Miranda:

A História da criança e do adolescente no mundo do trabalho retrata as falas e práticas do mundo adulto, que ao longo do tempo ignorou, e ainda hoje em dia ignora, a possibilidade de meninos e meninas vivenciarem a infância, direcionando-os, prematuramente, para o universo das fábricas, das oficinas, do trabalho agrícola e doméstico.^{xxv}

A luta pela erradicação ao trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador ainda está presente no cotidiano brasileiro, recente pesquisa divulgada pelo IBGE, a partir da Pnad Contínua^{xxvi}, apresenta um cenário de aumento do trabalho infantil nos últimos anos. Em 2022 1,8 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil, 4,9% da população total. Sendo em sua maioria formadas por pretos e pardos, em contextos de extrema vulnerabilidade. Dentre esses 756 mil estão nas piores formas de trabalho infantil, estabelecidas pelo Decreto 6.481 da Presidência da República, sendo a atividade agrícola uma dessas formas. As campanhas e programas que buscam a erradicação do trabalho infantil esbarram em falta de cofinanciamento e dificuldade no convencimento nas famílias para a retirada da criança ou dos adolescentes do trabalho infantil. Problemas estruturais na sociedade brasileira que permanecem no tempo e precisam ser enfrentadas com

rigor para a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A História não é apenas a compreensão do passado e sua narrativa, é também a análise das mudanças e a compreensão do presente, e entender os contextos múltiplos que diferentes crianças e adolescentes experienciaram suas infâncias dentro do espaço das usinas de açúcar, é possibilitar, também, entender como essa luta pela erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no mundo adulto ainda não foi conseguida no Estado de Pernambuco. É também um ato político, de luta pela efetivação do que garante o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o desejo que um dia, conseguimos garantir a proteção ao trabalho de nossas crianças e adolescentes.

Notas

ⁱ **Jornal do Commercio**. Menores são explorados nos canaviais. Recife, 13 de setembro de 1991.

ⁱⁱ DABAT, Christiane Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2ª Ed, Recife, PE: Editora Universitária UFPE, 2012, p. 23-24.

ⁱⁱⁱ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Cortez Editora, 2005.

^{iv} PONTE, Cristina. **Crianças em Notícia**: A Construção da Infância pelo discurso jornalístico 1970-2000. Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

^v NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2002. v. 7, p. 285-297. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/SQ7V5H7wwKDnkch88wqYy7F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

^{vi} CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, nº. 11, 1991, 173-191. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em 04 de maio de 2024.

^{vii} PONTE, op. cit., 2005.

^{viii} MOURA, Severino Rodrigues de. **Senhores de Engenho e Usineiros**: a nobreza de Pernambuco. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1998.

^{ix} Esse tipo de relação entre trabalhador e empregador a partir da moradia foi a estratégia utilizada para que os donos de engenho ainda tivessem controle sobre a massa de trabalhadores libertos da escravidão no final do século XIX, esse tipo de enquadramento da força de trabalho só foi possível por conta da permanência do monopólio sobre a terra e a completa ausência de alternativa empregatícia, seja nas áreas rurais ou urbanas. Essas relações de trabalho eram marcadas profundamente para herança escravista, mantendo-se sob o formato de “morada” ou “morador de condição”, garantindo aos donos de engenho a permanência dos trabalhadores rurais nos locais de trabalho, próximo do seu controle e possibilitando novos mecanismos de exploração contínua. Esse tipo de relação da “morada” geralmente se caracterizava pela disponibilização da casa por parte dos empregadores em troca de dias de trabalho no corte da cana, nos dias restantes, que geralmente eram dois por semana, o trabalhador poderia plantar na terra cedida ou trabalhar para o engenho em troca de uma remuneração mínima.

^x FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

^{xi} ARROYO, Miguel. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. In: SANTOS, Solange Estanislau dos et al. (org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018. p. 27-58, p. 44.

^{xii} MARCHI, Rita. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2008, p. 227-246, p. 228. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>. Acesso em 04 de maio de 2024.

^{xiii} ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 2, n. 2, 2016, p. 25-37, p. 34. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/94>. Acesso 04 de maio de 2024.

^{xiv} SILVA, Anderson R. L. da. No mundo da cana-de-açúcar como o lápis na mão: Trajetórias escolares na Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE – 1990). **Vozes, Pretérito & Devir**, 2023. V. XXI, N 1. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/471>. Acesso em 15 de maio de 2024.

^{xv} A partir de 1990, quando o Jornal do Commercio é comprado pelo empresário João Paes Mendonça, uma das primeiras mudanças se dá na construção de uma nova linha editorial “satisfazer por intermédio dos seus veículos as necessidades de informação e entretenimento, pautando-se pela defesa da democracia, da justiça social e da livre-iniciativa e por uma conduta ética, moral e legal, com o compromisso permanente de apoiar o desenvolvimento e valorizar a cultura de Pernambuco e do Nordeste, buscando a perenidade das empresas e o bem-estar dos associados”.

^{xvi} à forma de pensar e praticar ideia do ‘menor’, da criança e do adolescente que estão em situação de perigo ou que representa o ‘próprio perigo’ a partir do controle disciplinar e

assistencialista. O menorismo passou a transcender os muros do Sistema de Justiça e passou a permear os espaços onde as crianças e adolescentes pobres e periféricas circulavam, fortalecendo-se de uma estrutura colonial que objetificava meninos e meninas negras, indígenas ou aquelas que pertenciam às camadas sociais consideradas subalternas.

^{xvii} MIRANDA, Humberto da Silva. O menorismo nosso de cada dia. **Empório do Direito**, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-menorismo-nosso-de-cada-dia>>.

^{xviii} NJAINE; MINAYO, op. cit., 2002, p. 286.

^{xix} BURKE, Piter. **Testemunha Ocular** – História e Imagem. EDUSC, 2005.

^{xx} **Jornal do Commercio**. Menores são explorados nos canaviais. Recife, 13 de setembro de 1991.

^{xxi} SILVA, Anderson. **Da proteção ao menor trabalhador** – Estado novo, política e legislação para a criança no mundo do trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso, Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018.

^{xxii} **Jornal do Commercio**. Menores são explorados nos canaviais. Recife, 13 de setembro de 1991.

^{xxiii} DOURADO, Ana; ARAÚJO, Teresa Corrêa; DABAT, Christine Rufino. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 1. ed.: Editora Contexto, 1999, p. 408-436.

^{xxiv} CENTRO JOSUÉ DE CASTRO (Recife) (org.). Os Trabalhadores Invisíveis: Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco. 1. ed. Recife, 1993.

^{xxv} MIRANDA, Humberto. “De tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas”: crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 28, 2021, p. 1-13, p. 10. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/100744> Acesso em 10 de maio de 2024.

^{xxvi} IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua – PNAD contínua 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202204_trimestre_novos_indicadores.pdf Acesso de 10 de maio de 2024.

Fontes

Jornal do Commercio. Menores são explorados nos canaviais. Recife, 13 de setembro de 1991.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 2, n. 2, 2016, p. 25-37. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/94>. Acesso 04 de maio de 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Cortez Editora, 2005.

ARROYO, Miguel. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. In: SANTOS, Solange Estanislau dos et al. (org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018. p. 27-58.

BURKE, Piter. **Testemunha Ocular** – História er Imagem. EDUSC, 2005.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO (Recife) (org.). **Os Trabalhadores Invisíveis**: Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco. 1. ed. Recife, 1993.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, nº. 11, 1991, 173-191. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em 04 de maio de 2024.

DABAT, Christiane Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2ª Ed, Recife, PE: Editora Universitária UFPE, 2012.

DOURADO, Ana; ARAÚJO, Teresa Corrêa; DABAT, Christine Rufino. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 1. ed.: Editora Contexto, 1999, p. 408-436.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua – PNAD contínua 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202204_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em 04 de maio de 2024.

MARCHI, Rita. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2008, p. 227-246. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>. Acesso em 04 de maio de 2024.

MIRANDA, Humberto da Silva. **O menorismo nosso de cada dia**. Empório do Direito, 1 out. 2019. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-menorismo-nosso-de-cada-dia>. Acesso em 10 de maio de 2024.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Precisamos falar de menorismo estrutural**. Empório do Direito, 7 set. 2021. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/leitura/precisamos-falar-de-menorismo-estrutural>. Acesso em 10 de maio de 2024.

MIRANDA, Humberto. “De tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas”: crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 28, 2021, p. 1-13. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/100744>. Acesso em 10 de maio de 2024.

MOURA, Severino Rodrigues de. **Senhores de Engenho e Usineiros**: a nobreza de Pernambuco. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1998.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2002. v. 7, p. 285-297. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/SQ7V5H7wwKDNkch88wqYy7F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

PERNAMBUCO. Centro Josué de Castro. **Os Trabalhadores Invisíveis**: Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco, Relatório de Pesquisa 1992/1993, Centro Josué de Castro. Recife, 1993.

PONTE, Cristina. **Crianças em Notícia**: A Construção da Infância pelo discurso jornalístico 1970-2000. Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

SILVA, Anderson R. L. da. No mundo da cana-de-açúcar como o lápis na mão: Trajetórias escolares na Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE – 1990). **Vozes, Pretérito & Devir**, 2023. V. VXi, N 1. Disponível em:

<http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/471>. Acesso em 15 de maio de 2024.

SILVA, Anderson. **Da proteção ao menor trabalhador** – Estado novo, política e legislação para a criança no mundo do trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso, Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018.

Submetido: 10/05/2024

Aprovado: 30/08/2004

Publicado: 12/11/2024